



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 006/2024 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024.

Aos onze dias do mês de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), em primeira convocação às 16h e a segunda convocação às 16h30, foi realizada, em formato híbrido (sede CAURJ), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº 006/2024, sob a coordenação do presidente do CAURJ, Sydnei Dias Menezes. **Item 1. Verificação do quórum (mínimo 15 conselheiros): Conselheiros estaduais presentes à reunião plenária:** Carlos Augusto Abreu, Eduardo Ribeiro dos Santos, Fábio Bruno de Oliveira, Gustavo Juca Ferreira Jorge, Gustavo Monteiro Manhães, Igor Freire de Vetyemy, Isabel Cristina Castro da Rocha, Julia Monteiro Santana, José Antônio Mendes Casas Novas, Junia Pinheiro de Lacerda, Katia Maria Farah Arruda, Luciana da Silva Mayrink, Luís Fernando Valverde Silandía, Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello, Marllon Sevilha da Silva, Marta Regina Ribeiro Costa, Michelle Beatrice Fernandes, Millena Caroline Moraes de Miranda, Paulo Tadeu Costa, Renata da Rocha Moreira Emilião, Savana Maria de Freitas, Teresa Cristina Menezes de Oliveira, Sydnei Dias Menezes, Stéfany dos Santos Silva, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanes Nogueira, Ticianne Ribeiro de Souza. **Conselheiros Estaduais com ausência justificada:** Anibal Sabrosa Gomes da Costa, Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho, Daiane Domingos dos Santos, Daniel Mendes Mesquita de Sousa, Fabio Bruno de Oliveira, Luiz Fernando Valverde Salandia, Paulo Oscar Saad, Vivianne Sampaio Vasques. **Confirmação do quórum com 27 conselheiros/as presentes.** **1.2. Composição da mesa:** formada pelo presidente do CAURJ, Sydnei Dias Menezes, pelas vice-presidentes Isabel Cristina Castro da Rocha e Michelle Beatrice Fernandes, pelo vice-presidente Carlos Augusto Abreu, pela conselheira federal Leila Marques da Silva. **2 – Execução do Hino Nacional.** 2.1. Diplomação e Posse a Conselheira Estadual Suplente Christiane Duarte Teixeira. **3. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Plenária Ordinária (14.05.2024);** Ata colocada em discussão e **aprovada com 23 votos, nenhum contrário e 3 abstenção.** **4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas:** O presidente Sydnei Dias Menezes destacou o Ofício 210/2024 do CAURJ,



32 que indica o conselheiro Gustavo Monteiro Manhães para uma reunião com o promotor do
33 Ministério Público de Campos dos Goytacazes para debater sobre o Mercado Municipal. No
34 momento da indicação, a data da audiência pública ainda não estava definida. **5. Apresentação**
35 **da Pauta. O presidente Sydney Dias Menezes** informou que a pauta aprovada na última reunião
36 do Conselho Diretor (CD) foi apresentada, incluindo informes da Presidência, da Conselheira
37 Federal, a Ordem do Dia, distribuição de processos e informes gerais dos coordenadores das
38 comissões. **O presidente Sydney Dias Menezes** ressaltou o compromisso de prestação de contas
39 aos conselheiros, destacando a questão da inadimplência do CAU. Informou sobre a criação do
40 Núcleo de Cobrança, com um funcionário da casa, dois servidores de apoio, coordenação do
41 conselheiro Paulo Tadeu Costa, e acompanhamento do gerente financeiro, Rodrigo Leite, e do
42 jurídico, doutor João. Para explicar melhor, funcionário **Murilo Azevedo, supervisor do Núcleo**
43 **de Cobrança**, fez uma apresentação com números significativos, considerando o orçamento anual
44 de 15 milhões do CAU-RJ, seguida por esclarecimentos do conselheiro Paulo Tadeu. O **Sr. Murilo,**
45 **supervisor do Núcleo de Cobrança do CAU,** apresentou um resumo das atividades e resultados
46 do núcleo desde sua criação em 24 de abril. Ele destacou os seguintes pontos principais: **1 - Início**
47 **e Composição:** O Núcleo de Cobrança foi iniciado em 24 de abril, composto por Murilo,
48 Wanderson, terceirizado da ANDEF o Alexander, estagiário. **2 - Atividades Realizadas:** Desde o
49 início, foram enviados 2.200 e-mails, feitas quase 300 conversas no WhatsApp e quase 900
50 telefonemas para alertar os devedores sobre seus débitos com o CAU. **3 - Situação da Dívida**
51 **Ativa:** O CAU tem aproximadamente 7.200 devedores, totalizando R\$ 23 milhões em dívidas. Com
52 as prescrições consideradas, esse montante cai para R\$ 26 milhões. **4 - Prescrições:** A análise
53 jurídica indicou que aproximadamente R\$ 8,6 milhões podem estar prescritos. **5 - Cobrança**
54 **Amigável e Administrativa:** O Núcleo realiza cobranças amigáveis por e-mail, telefone e WhatsApp,
55 além de cobranças administrativas como protestos e SPC. Existem atualmente 262 processos de
56 execução fiscal, com 1.213 novos processos aptos a serem iniciados. **6 - Impacto das Ações de**
57 **Cobrança:** Desde janeiro de 2024, já foram arrecadados R\$ 1,62 milhão, quase 90% da média
58 anual de anos anteriores. **7 - Planejamento Futuro:** A estratégia inclui disparos de e-mails a cada
59 15 dias, atualização do banco de dados, contratação de sistemas de WhatsApp corporativo e AR
60 online, e convênios com o CADIN e cartórios para protesto. **8 - Execuções Fiscais:** Existem planos
61 para novas execuções fiscais, com 1.213 processos prontos para serem iniciados. A seguir o
62 **Conselheiro Paulo Tadeu Costa** explicou que a gestão da dívida ativa começou em janeiro.



63 Inicialmente, tentaram fazer um acordo com o Banco do Brasil, que cobrou 28% de taxa,
64 considerada alta. Após tentativas fracassadas de negociação, decidiram montar um Núcleo de
65 Cobrança internamente, que começou a funcionar no final de abril e já está mostrando bons
66 resultados. Estão atualizando o banco de dados e buscando negociar com devedores judiciais e
67 preventivamente com os devedores de 2024, para evitar a perda de mais de 17 milhões em
68 receitas. Ele destacou a crise econômica que afeta os profissionais autônomos, mas enfatizou a
69 necessidade de arrecadar para evitar responsabilidades futuras. O **Presidente Sydnei Dias**
70 **Menezes**, dando continuidade aos informes, mencionou a Deliberação Plenária de 14 de maio
71 sobre contribuições ao Regulamento Eleitoral, com prazo até 9 de julho, e incentivou os
72 conselheiros a enviarem suas sugestões. Também anunciou uma reunião nacional da Comissão
73 de Ética e Disciplina em novembro e informou sobre o esforço para envolver arquitetos em
74 conselhos municipais em formação. Em seguida, passou a palavra ao vice-presidente conselheiro
75 Carlos Augusto Abreu que fez os informes sobre as conferências municipais. O **vice-presidente**
76 **Carlos Augusto Abreu** informou sobre a participação na preparação da conferência municipal e
77 estadual no Rio de Janeiro. Sandra Kokudai, do IAB, tem fornecido informações, já que o CAU
78 não está na organização. Ele listou municípios que responderam positivamente à organização
79 estadual. Destacou que Luiz Othon e Rita Mandarinó estão acompanhando o processo e
80 mencionou que o CAU foi o primeiro a inscrever delegados, com 10 dos 13 inscritos sendo do
81 CAU. Pediu aos colegas para indicar representantes do CAU para os municípios e enfatizou a
82 importância das conferências municipais para a participação nas conferências estadual e federal.
83 Continuando com os informes, o **presidente Sydnei Dias Menezes** reuniu os seguintes itens: 1-
84 **Reuniões e Protocolos de Intenções:** Reunião com o prefeito de Volta Redonda em 20 de maio
85 para assinar protocolo de intenções. Assinatura de protocolos também com os prefeitos de Três
86 Rios e Paraíba do Sul. Objetivo de assinar protocolos com os 92 municípios do Rio de Janeiro. 2
87 - **Importância das Parcerias:** Parcerias institucionais entre o CAU e prefeituras são prioritárias
88 para valorização da profissão e fiscalização do exercício profissional. 3 - **Equiparação Salarial**
89 **dos Servidores Públicos:** Participação na audiência pública sobre equiparação salarial dos
90 servidores do Rio de Janeiro. Compromisso do CAU de apoiar e criar uma campanha de
91 valorização profissional para arquitetos e urbanistas da prefeitura. 4 - **Campanha de Valorização:**
92 Produção de vídeos destacando produções arquitetônicas dos servidores públicos da prefeitura
93 do Rio. Utilização do material fornecido pela presidente da SEAERJ. 5 - **Parcerias Internacionais**



94 **e Apoios Institucionais:** Assinatura de protocolos com o Centro Brasil do Clima, Ademi, e Sobes.
95 Formalização de apoios institucionais para eventos e fortalecimento da marca do CAU. 6 -
96 **Crítérios de Apoio:** Apoios institucionais precisam seguir critérios estabelecidos e receber
97 chancela jurídica. Algumas parcerias são rejeitadas por não cumprirem os requisitos da autarquia
98 pública federal. 7 - **Informações Gerais:** Atualização sobre eventos e parcerias recentes com a
99 UNIRIO e o Fórum Global de Inovação Tecnológica. O último item dos informes, o presidente
100 Sydnei informou que a **vice-presidente Isabel Rocha** faria a apresentação que visa mapear o
101 andamento dos processos de patrocínio, convênio e premiação, circunscritos aos relatórios
102 contábeis e financeiros de 2023. O objetivo do relatório é buscar esclarecimentos sobre pontos do
103 relatório contábil antes de apreciar a contabilidade de 2023. Para isso foi formado o Grupo de
104 Trabalho constituído pela vice-presidente Isabel Rocha, conselheiro Daniel Mendes Mesquita de
105 Sousa, e servidores Rodrigo Pinho Leite e Marcos André de Souza Ribeiro Júnior. Os principais
106 pontos abordados pela **vice-presidente Isabel Cristina Castro da Rocha** foram os seguintes: 1
107 - Identificar boas práticas nos processos de patrocínio, convênio e premiação. 2 - Foram
108 analisados seis editais-mãe: ATHIS, orçamento participativo, formação continuada, CAU Mais
109 Diversidade, Marcos Konder, e patrocínio do Ítalo Campofiorito. Incluiu a análise de 28 processos
110 relacionados a esses editais. Os problemas identificados: Dificuldade de navegação no Portal da
111 Transparência. Inconsistências na Resolução 94 do CAUBR sobre apoio institucional. Falta de
112 centralização e numeração sequencial dos editais. Metade dos processos se baseiam na Lei das
113 Organizações da Sociedade Civil (OCS) e a outra metade na Lei de Licitação. As fragilidades
114 identificadas foram a participação do CEAU em editais sem restrições claras. Comissões
115 avaliadoras não acompanhando todo o processo. Retrabalho e atraso devido à falta de
116 centralização e coordenação dos processos. As recomendações específicas foram clareza nas
117 regras e objetivos dos editais; melhor definição do público-alvo e produtos esperados; revisão dos
118 prazos de prestação de contas e avaliação dos processos. As propostas de melhoria foram: enviar
119 o relatório à Procuradoria Jurídica para compliance; corrigir distorções no Portal da Transparência;
120 delimitar claramente os objetivos e participantes dos editais. Implementar um núcleo específico
121 para administrar os editais. Exclusão de Arquitetos Carentes: Revisar exigências que excluem
122 arquitetos em situação de débito, especialmente nos cursos de formação continuada. O objetivo
123 seria aprimorar os editais e processos para maior transparência e eficácia. O **Presidente Sydnei**
124 **Dias Menezes** explicou que o relatório foi elaborado para esclarecer pontos levantados na



125 prestação de contas de 2023, que será apreciada em plenária. Destacou que o relatório não será
126 votado, mas é relevante compartilhar as informações com os conselheiros para permitir
127 questionamentos e fiscalizações, ressaltando o compromisso da gestão com a transparência e a
128 importância do papel fiscalizador dos conselheiros. Matéria colocada em discussão. O
129 **Conselheiro Gustavo Monteiro Manhães** parabenizou o trabalho sobre os editais, mas
130 expressou dúvidas sobre a análise feita por não profissionais do direito, sugerindo que pareceres
131 jurídicos sejam incluídos. Ele destacou a importância de opiniões qualificadas para validar as
132 análises e manifestou esperança de que os processos melhorem no futuro. A **Conselheira Tanya**
133 **Argentina Cano Collado** agradeceu o relatório e fez três correções sobre: formação continuada,
134 ATHIS e certidões: Destacou que o edital Demetre Anastassakis da ATHIS foi elaborado com base
135 legal e que organizações sociais civis, segundo a lei, podem ter certidões vencidas retiradas
136 eletronicamente pelo próprio conselho, o que não foi feito na atual gestão. Premiação Vera Hasan:
137 Defendeu que a premiação Vera Hasan é baseada em programas de aula, considerados produtos
138 técnicos, e afirmou que os editais não exigiam adimplência dos arquitetos. Consulta e
139 Transparência: Criticou que o relato não consultou as súmulas das reuniões das comissões, onde
140 todas as decisões foram documentadas. Questionou também a transparência do Portal, citando
141 um contrato de compliance de R\$ 179.000,00 não encontrado no Portal da Transparência. Pediu
142 esclarecimentos sobre os rumos políticos do orçamento de ATHIS e se ele será destinado a
143 prefeituras ou organizações sociais civis. **Conselheiro Igor Freire de Vetyemy** elogiou o relatório
144 e fez dois apontamentos principais: Entidades do CEAU: Argumentou que as entidades do CEAU,
145 que representam a categoria civil organizada voluntariamente, não devem ser tratadas como
146 conselheiros do CAU. Ressaltou que os 30% do orçamento dedicados a essas entidades
147 beneficiam diretamente a sociedade através de boas práticas de arquitetura e urbanismo. Cursos
148 Online de Extensão e Graduação a Distância: Destacou a importância de não confundir a oferta
149 de cursos online de extensão, que são benéficos e contextualmente relevantes pós-pandemia,
150 com a luta contra a graduação integralmente à distância. Defendeu que esses cursos online são
151 essenciais para a reciclagem profissional gratuita dos arquitetos. Finalizando, ele se colocou à
152 disposição para trabalhar mais a fundo no relatório e na comissão temporária. **Vice-Presidente**
153 **Carlos Augusto Abreu** destacou que a comissão analisou erros e dificuldades para otimizar os
154 editais do CAU, parabenizando a conselheira Isabel, o conselheiro Daniel e os funcionários
155 envolvidos. Ele defendeu a comissão contra a acusação de não ter procurado informações e



156 criticou juízos de valor feitos sem participação direta. Conselheiro Abreu esclareceu que a
157 prioridade da ATHIS não é exclusivamente para prefeituras e que os editais estão sendo
158 corrigidos. Ele diferenciou entre prestação de serviço e premiação, enfatizando a necessidade de
159 todos lerem o relatório detalhadamente para entender os problemas e buscar melhorias. **Rodrigo**
160 **Bertamé, Coordenador do CEAU**, reforçou a importância da distinção entre decisões técnicas e
161 políticas nos editais. Ele destacou que as entidades do CEAU não são indivíduos e que o CEAU
162 é composto por muitas entidades, cada uma com suas próprias deliberações. Mencionou que o
163 sindicato decidiu não participar dos últimos editais devido a conflitos de interesse, e enfatizou a
164 importância de não basear a discussão sobre verbas do CEAU na participação de poucas pessoas.
165 **Presidente Sydnei Dias Menezes** fez dois reparos antes de passar a palavra à vice-presidente
166 Isabel e conceder direito de resposta à conselheira Tanya: Primeiro, ele esclareceu que o contrato
167 de compliance não está em discussão e que, segundo suas informações, o contrato está no Portal
168 da Transparência. Pediu ao gerente administrativo, Nanderson, para verificar isso. Segundo
169 reparo, ele afirmou que o CAU já patrocinou a ida de conselheiros a encontros de entidades,
170 mencionando uma viagem internacional para Copenhague patrocinada na gestão passada para
171 uma representante de uma entidade. **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** respondeu ao
172 conselheiro Abreu, destacando que o relatório, especialmente o PowerPoint apresentado, não
173 refletiu completamente as extensas horas de trabalho das comissões que elaboraram os editais.
174 Ela criticou a falta de consulta aos conselheiros envolvidos, afirmando que, apesar de se
175 colocarem à disposição para esclarecer dúvidas, a comissão responsável pelo relatório não os
176 procurou para discutir decisões relacionadas ao edital Vera Hasan. **Conselheiro Igor Freire de**
177 **Vetyemy** explicou que, durante as últimas gestões, nenhum membro de entidade recebeu
178 passagem paga pelo CAU. A exceção mencionada foi um pedido do CAUBR para que os CAU
179 UFs auxiliassem delegados da UIA. Ele esclareceu que essa foi uma situação excepcional e não
180 deve ser usada politicamente, acreditando que o presidente citou o exemplo por desconhecimento
181 dos detalhes. **Vice-Presidente Isabel Cristina Castro da Rocha** agradeceu os elogios recebidos
182 em nome da equipe que trabalhou no relatório. Ela lamentou que o relatório enviado
183 antecipadamente não tenha recebido retornos prévios. A conselheira Isabel afirmou que a
184 interpretação do tom do documento é subjetiva e que a compreensão dos editais foi feita com base
185 na experiência. Ela reconheceu que revisões são necessárias ao longo do tempo e destacou a
186 importância de clareza na documentação e nos conceitos. A conselheira Isabel também afirmou



187 que o contrato de compliance está disponível no Portal da Transparência e incentivou a
188 verificação. **7. Informes da Conselheira Federal Leila Marques** que destacou a importância de
189 consultas públicas no site de transparência do CAU e mencionou a atual consulta sobre o
190 regulamento eleitoral. Anunciou uma carta aos prefeitos elaborada pela CPUA do CAUBR, que
191 está sendo divulgada nos EUA, e mencionou a criação de uma câmara de mudanças climáticas.
192 Leila também falou sobre um recente encontro de políticas afirmativas e eventos futuros, como o
193 Fórum Internacional de Arquitetura em agosto e encontros da CED e COA em novembro. Ela
194 criticou a falta de uma COA no CAURJ, que ajudaria a regulamentar e diferenciar patrocínios e
195 prêmios, e sugeriu que o CAURJ adote essa estrutura. **8. Ordem do dia. 8.1. Aprovação do ad**
196 **referendum 009/2024, Indicação de membro para compor a Comissão Organizadora e**
197 **Preparatória para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Volta Redonda,**
198 **Conselheira Alexia de Araújo Rodrigues (titular); Conselheira Maria Emília Silva Lucas**
199 **Tobias (suplente).** O presidente **Sydney Dias Menezes** explicou que o ato *Ad Referendum*
200 009/2024 foi apresentado para compor a comissão organizadora da 6ª Conferência Municipal das
201 Cidades em Volta Redonda, indicando a conselheira Alexia Araújo Rodrigues e a conselheira
202 Maria Emília Silva Lucas Tobias como suplente. Atendendo à recomendação dos conselheiros,
203 foram incluídos perfis profissionais das indicadas. O presidente abriu para discussão, e como não
204 houve inscritos, colocou o ato em votação, **A matéria foi aprovada com 25 (vinte e cinco) votos**
205 **favoráveis, 00 (zero) contrários e 00 (zero) abstenção.** **8.2. Projeto Deliberação Plenária para**
206 **contribuições para serem enviadas à COA-CAU/BR para aprimoramento das Resoluções**
207 **CAU/BR Nº 93/2014 e Nº 243/2023 sobre as Certidões de Acervo Técnico com Atestado e**
208 **outros.** O presidente **Sydney Dias Menezes** passou a palavra à funcionária analista técnica do
209 CAU/RJ **Diane Bianchi**, que explicou que o CAUBR está com uma consulta pública sobre
210 alterações na Resolução 93, que trata de certidões, incluindo a CAT-A e CAT-O. Ela mencionou
211 que o Núcleo de Acervo Técnico analisou as propostas e elaborou um relatório com dúvidas e
212 sugestões. Os principais pontos levantados incluem a necessidade de um RRT derivado para
213 certidões averbadas pelo CREA, correções de texto na resolução, sugestão de manter prazos de
214 30 dias para análise e cumprimento de exigências, e a questão polêmica sobre a CAT-O, onde se
215 sugere que a CAT-A de um arquiteto que deixou a empresa não deve ser usada pela empresa
216 para emitir CAT-O. Diane pediu aos conselheiros que revisem o relatório e deem feedback. **Vice-**
217 **Presidente Carlos Augusto Abreu** destacou a importância da discussão sobre a CAT-O, que



218 pode fragilizar a relação entre o profissional e a pessoa jurídica. Ele concordou com a necessidade
219 de proteger o acervo técnico dos arquitetos, sugerindo que a invalidação da CAT-O incluía não
220 apenas o responsável técnico, mas também outros profissionais contratados. Abreu mencionou
221 que a exigência do CAT-O pela nova Lei de Licitações foi discutida pelo CREA, não pelo CAU, e
222 enfatizou a importância de reafirmar a posição do CAU-RJ sobre esse assunto. **Conselheiro**
223 **Paulo Tadeu Costa** solicitou esclarecimentos sobre a necessidade de o arquiteto comunicar sua
224 saída do sistema em relação à CAT-O e CAT-A e indagou sobre a correlação entre razão social,
225 CNPJ e nome fantasia das empresas. **Funcionária Diane Bianchi** explicou que a CAT-O seria
226 automaticamente invalidada quando o arquiteto inserisse a data de fim de sua responsabilidade
227 técnica, o que pode ser feito tanto pelo arquiteto quanto pela empresa e afirmou que razão social
228 e CNPJ são suficientes para a identificação e verificação das empresas, sem necessidade do
229 nome fantasia. **Conselheira Federal Leila Marques** ponderou a importância de considerar as
230 necessidades das empresas nas licitações, já que elas fornecem recursos e suporte para os
231 projetos dos arquitetos. Ela mencionou que, sem acervo técnico, as empresas não podem
232 participar de licitações. Leila reconheceu que o equilíbrio entre os interesses dos arquitetos e das
233 empresas é necessário, especialmente considerando as regulamentações recentes sobre registro
234 de cargos e funções. **Rodrigo Bertamé, representante do CEAU**, apoiou a proposta sobre a
235 CAT-O, destacando que ela protege a qualidade das obras públicas ao impedir que empresas
236 demitam arquitetos especializados após utilizarem seus acervos técnicos. Ele argumentou que a
237 manutenção da qualidade depende de reter profissionais qualificados e bem pagos, enfatizando
238 que o arquiteto é essencial para o sucesso dos projetos de arquitetura. Bertamé também ressaltou
239 a importância de garantir que profissionais sem a expertise necessária não assumam projetos
240 complexos, evitando problemas, especialmente no setor público. **Conselheiro Paulo Saad** criticou
241 a criação da CAT-O pelo CAUBR, afirmando que foi uma precipitação ao interpretar a nova lei de
242 licitação. Ele explicou que a lei exige a capacidade gerencial da empresa, que pode ser
243 comprovada pelos RRTs dos arquitetos e urbanistas responsáveis. Conselheiro Paulo Saad
244 argumentou que a CAT-O deveria ser limitada ao somatório dos CAT-A dos responsáveis técnicos
245 e do quadro técnico da empresa, sugerindo que, idealmente, a CAT-O deveria ser extinta.
246 Encerradas as intervenções, a matéria foi colocada em votação obtendo **24 (vinte e quatro) votos**
247 **favoráveis, 00 (zero) contrários e 00 (zero abstenção).** **8.3. Projeto Deliberação Plenária para**
248 **contribuições para serem enviadas à COA-CAU/BR em relação a Resolução CAU/BR Nº**



249 21/2012, sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista.
250 Acrescentando as atividades de Projeto de Impermeabilização e Execução de
251 Impermeabilização nos subgrupos 1.1. e 2.1. ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES dos
252 grupos 1 (Projeto) e 2 (Execução), respectivamente, no RRT. O vice-presidente Carlos
253 **Augusto Abreu** apresentou a deliberação plenária com sugestões para aprimorar a Resolução
254 CARBR 21/2012, sobre as atividades dos arquitetos. A proposta inclui acrescentar as atividades
255 de projeto e execução de impermeabilização nos subgrupos 1.1 e 2.1. A deliberação visa enviar
256 essas contribuições à COA-CAUBR para consideração, destacando a importância histórica dos
257 arquitetos na implementação de técnicas de impermeabilização. A **Conselheira Tanya Argentina**
258 **Cano Collado** lembrou que, durante a reunião do Conselho Diretor, foi sugerido que a expressão
259 "alteração da Resolução 21" era muito forte. Propôs uma redação mais suave, como "modificação
260 do campo," para evitar a ideia de uma alteração pesada da resolução. O **Conselheiro Paulo Saad**
261 propôs que a impermeabilização seja incluída no campo de Tecnologia da Construção da
262 Resolução 21, pois se encaixa melhor lá, apesar de fazer parte do projeto e execução. A ideia é
263 que a impermeabilização se insira num campo específico de tecnologia da construção. A **Vice-**
264 **Presidente Isabel Cristina Castro da Rocha** confirmou que a conselheira Tanya tinha razão
265 sobre a necessidade de modificação do campo, baseada no depoimento do conselheiro Paulo
266 Saad. Esclareceu que, após verificar a legislação, o campo 6.3 refere-se à pesquisa de tecnologia,
267 enquanto os campos 1 e 2 tratam de projeto e execução, justificando a escolha desses campos
268 para a proposta. Pediu desculpas pela confusão e confirmou que a modificação é mais apropriada
269 do que uma alteração. O **Presidente Sydnei Dias Menezes** sugeriu ajustar o texto para submeter
270 à votação da plenária. O **Vice-Presidente Paulo Augusto Abreu** destacou que, apesar de ser
271 uma alteração, eles estão propondo um acréscimo específico na Resolução 21. A **Vice-**
272 **Presidente Isabel Cristina Castro da Rocha** preferiu usar o termo "aprimoramento" em vez de
273 "alteração" para descrever as contribuições, reafirmando que o texto deve refletir isso para ser
274 enviado à COA. Matéria colocada em votação obtendo **26 (vinte e seis) votos favoráveis, 00**
275 **(zero) contrários e 00 (zero) abstenção. 8.4. Revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS),**
276 **através da criação de comissão servidores em GT a ser criado, composto por Isabel Rocha**
277 **– Vice-presidente; Michelle Beatrice Fernandes – Vice-presidente; Dr. João Balsini –**
278 **Jurídica; Anderson Gaspar – GERFIS; Leticia Pinheiro Fernandes – GERADM e Consultor**
279 **Trabalhista (Contratado).** O presidente **Sydnei Dias Menezes** explicou que a proposta para o



280 acordo coletivo de trabalho de 2024 apresentada pelos empregados do CAU do Rio de Janeiro
281 inclui a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), conforme a cláusula 19 do plano.
282 O CAURJ compromete-se a realizar essa revisão em consenso com os empregados e seus
283 representantes sindicais, visando melhorias e modernização. A proposta inclui a criação de uma
284 equipe composta por vice-presidentes, o procurador do CAU, e funcionários das gerências de
285 finanças e administração. Se necessário, será contratada uma consultoria trabalhista. A matéria
286 foi colocada em discussão. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** pediu mais
287 informações sobre a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) aprovado no ano
288 passado após dois anos de negociação e consultoria. Ela questionou a porcentagem de
289 funcionários que aderiram ao plano, os motivos para a não adesão, e o custo de uma nova
290 consultoria. Tanya enfatizou a necessidade de avaliar o atual PCCS, que está vigente apesar da
291 adesão parcial, antes de instituir um grupo de trabalho para criar um novo plano. Ela também pediu
292 uma apresentação das modificações feitas ao organograma conforme o PCCS vigente. A **vice-**
293 **presente Isabel Cristina Castro da Rocha** explicou que as indagações efetuadas são
294 exatamente o que o grupo irá procurar e explicou que a necessidade de contratar assessoria para
295 revisar o PCCS dependerá das informações levantadas, destacando que a revisão é uma
296 demanda dos servidores no acordo coletivo de trabalho. Ela mencionou que a revisão pode não
297 alterar completamente o PCCS, pois os dados necessários ainda não foram obtidos. O Presidente
298 Sydney Dias Menezes esclareceu que qualquer alteração no plano de cargos e salários será
299 submetida à votação da plenária, e que a proposta atual é apenas a criação de um grupo de
300 trabalho para reunir informações e avaliar possíveis modificações, que serão deliberadas pela
301 plenária. A **Conselheira Federal Leila Marques** destacou que o Plano de Cargos, Carreiras e
302 Salários (PCCS) começou antes do mandato da Conselheira Tanya. Leila mencionou que o plano
303 foi aprovado na plenária, apesar de sua oposição, devido a uma informação equivocada divulgada
304 pelo gerente geral, que alegou ter feito modificações para conseguir a adesão total dos servidores
305 sem a devida consulta ao grupo de trabalho. Ela criticou o gasto com a consultoria e ressaltou que
306 a aprovação pode ter sido influenciada por essa informação incorreta. A **Conselheira Katia Maria**
307 **Farah Arruda** indagou sobre a porcentagem daqueles que não aderiram. A **Conselheira Tanya**
308 **Argentina Cano Collado** registrou que a necessidade de criar um grupo de trabalho para tratar
309 de certos assuntos deveria ser responsabilidade de um gerente-geral administrativo. No entanto,
310 devido à ausência desse cargo, essas questões estão sendo deliberadas na plenária. Matéria



311 colocada em votação obtendo **14 (quatorze) votos favoráveis, 12 (doze) votos contrários e 00**
312 **(zero) abstenção. 09. Distribuição Processos. 09.1. Processo Recurso CEP - Processo**
313 **1626170/2022 – Igor de Vetyemy. 09.2. Processo Recurso CEP -Processo 832355/2019 –**
314 **Isabel Rocha. 10. Informe Gerais dos Coordenadores das Comissões Ordinárias (CPFI, CEP,**
315 **CED, CEF); Temporária (CATHIS) e Especial (CPUA). A Conselheira coordenadora da CPFI**
316 **Marta Regina Ribeiro Costa** informou que o CAUBR convocou uma reunião de coordenadores
317 das comissões de finanças para um primeiro planejamento financeiro em Brasília no início de julho.
318 Ela também anunciou a formação das comissões temporárias: Isabel como coordenadora da
319 comissão de editais e patrocínios, com Daniel, Júlio, Igor, e a ex-conselheira Simone como
320 membros; e Abreu como coordenador da comissão de estudos do regimento interno, com Rita,
321 Damião, Luiz Othon, e Tanya como membros. A **Conselheira coordenadora da CEF Tanya**
322 **Argentina Cano Collado** relatou que a primeira reunião da comissão de tecnologia e inclusão
323 digital foi realizada, com Eduardo Ribeiro eleito como coordenador, Luiz Othon como coordenador
324 adjunto, e Cristiane Magalhães como relatora. A comissão se reunirá novamente em breve. Ela
325 também destacou o sucesso do Fórum de Coordenadores da CEF, com a participação de três
326 universidades e discussões sobre diretrizes curriculares nacionais e ensino de qualidade. Tanya
327 mencionou os desafios do ensino a distância e anunciou a organização do Fórum de Escolas em
328 agosto. O **Conselheiro e coordenador da CEP Paulo Saad** informou que foram instaladas duas
329 comissões temporárias no âmbito da CEP: a comissão do setor público, coordenada por ele com
330 Sílvio Leal como adjunto, e a comissão sobre atribuições profissionais ampliadas, coordenada por
331 Marta, com Kátia Farah como adjunta. Ele anunciou que um documento será enviado por e-mail a
332 todos os conselheiros, titulares e suplentes, convocando a participação nos planos de orientação
333 e fiscalização da CEP, com sugestões esperadas para campanhas profissionais e fiscalização no
334 segundo semestre de 2024. O **Conselheiro e coordenador da CED Fábio Bruno de Oliveira**
335 informou que a CED participará de encontros de treinamento de coordenadores das CEP/PR em
336 João Pessoa, com todos os conselheiros convidados a participar via link. Corrigiu a data do
337 encontro de novembro no Rio para os dias 21 e 22, mencionando que o CAU só auxiliará na
338 logística. A CED está promovendo reuniões extraordinárias para diminuir o número de processos
339 represados desde a pandemia, com a ajuda de uma consultoria jurídica. Em 2024, esperam
340 finalizar esses processos e em 2025 reconsiderar o número de conselheiros. A CED também ficou
341 responsável por três comissões temporárias de cidades e regiões (Centro, Norte e Sul) para



342 planejar encontros regionais, ouvir arquitetos e promover ações efetivas em 2025. O arquiteto
343 **Rodrigo Bertamé, Coordenador do CEAU**, destacou a importância de retomar a discussão sobre
344 a interiorização e o engajamento com a sociedade, especialmente no contexto das crises
345 climáticas. Ele mencionou dois eventos globais importantes que acontecerão no Brasil, o G20 no
346 Rio e a COP30 em Belém, ressaltando que as cidades médias e pequenas são as mais afetadas
347 e menos preparadas para enfrentar essas crises. Bertamé enfatizou a necessidade de incluir essas
348 cidades nas discussões, apontando que há potencial para um bom aproveitamento dessas
349 iniciativas pelo Conselho. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu, Coordenador da CPUA**,
350 relatou sobre a participação no II Encontro Nacional das CPUAs em São Paulo, onde discutiram
351 questões ambientais e a situação no Rio Grande do Sul, entre outros temas. Ele informou que a
352 vice-presidente Isabel foi eleita coordenadora da comissão temporária de patrimônio, com Teresa
353 como adjunta. Mencionou a próxima reunião da CPUA no dia 13, onde discutirão regulamentações
354 do Plano Diretor do Rio de Janeiro, destacando preocupações com propostas inadequadas. O
355 vereador Rafael e Marcela Abla do IAB foram convidados para essa discussão. **11. Informes**
356 **gerais dos Conselheiros.** O **Conselheiro Igor Freire de Vetyemy** sugeriu que a presidência
357 delimite melhor as competências dos vice-presidentes, que ele considera confusas após seis
358 meses de gestão. Ele mencionou que o regimento interno não prevê a participação do presidente
359 ou vice-presidentes em todas as comissões e destacou que as comissões deveriam tratar suas
360 próprias questões. Usou como exemplo a Comissão de Ensino e Formação, onde uma demanda
361 aprovada internamente foi censurada, causando mal-estar entre os coordenadores. Ele sugeriu
362 que os coordenadores de comissão comuniquem diretamente com seus membros para evitar
363 desgastes desnecessários e promover uma gestão mais harmônica. O **Presidente Sydnei Dias**
364 **Menezes** esclareceu que desconhecia o assunto abordado e pediu que a Conselheira Tanya
365 explicasse. A **conselheira Tanya Collado** informou que o Conselheiro Abreu estava no grupo de
366 WhatsApp da CEF, mesmo não sendo membro, e não havia sido convidado. Abreu insistiu que o
367 grupo não poderia discutir a unificação do juramento de colação de grau sem passar pela plenária,
368 causando desconforto. A conselheira Tanya destacou que o Conselheiro Abreu não tinha a
369 experiência de coordenador de curso e sua participação gerou um impasse desnecessário. Sydnei
370 afirmou que a pauta das comissões é responsabilidade do coordenador e que não houve
371 ingerência da presidência. Ele interpretou o problema como um mal-entendido e planeja discutir
372 com Abreu para resolver a questão. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** esclareceu que não



373 vetou nada e que sua observação foi sobre a pertinência de discutir o juramento de colação de
374 grau, considerando que não é uma escolha do orador, mas uma tradição como o juramento de
375 Hipócrates na medicina. Ele mencionou que durante uma reunião de coordenadores de ensino,
376 questionou a prioridade de discutir o juramento em meio a questões urgentes como o ensino a
377 distância. Abreu reafirmou que apenas fez uma ponderação e não vê problema nisso. A
378 **Conselheira Ticianne Ribeiro de Souza** acrescentou que, como coordenadora de curso e
379 professora com experiência em colações de grau, há um possível desconhecimento sobre o
380 juramento de formatura. Ela destacou que o juramento, que redigiu no grupo de WhatsApp, é
381 frequentemente solicitado tanto por coordenadores quanto por alunos, pois é um momento único
382 e significativo para eles. Ticianne enfatizou que em universidades privadas, onde várias colações
383 ocorrem simultaneamente, o juramento é uma breve fala do aluno e não um juramento oficial. Ela
384 solicitou que a questão fosse levada à próxima reunião de coordenação de curso, reiterando que
385 a necessidade do juramento é amplamente reconhecida e que o processo para chegar a uma
386 proposta final foi desgastante, especialmente porque foi impedido de ser apresentado aos
387 coordenadores. O **Conselheiro Eduardo Ribeiro dos Santos** destacou que a discussão começou
388 quando ele questionou, no grupo de WhatsApp, se o discurso deveria ser pauta da plenária,
389 considerando que qualquer posicionamento do CAU, vindo da Comissão de Ensino e Formação,
390 deve ser aprovado pela plenária para ser representativo do CAU. Ele propôs que a questão fosse
391 pautada numa plenária para verificar se será um posicionamento oficial do CAU. A **Conselheira**
392 **Federal Leila Marques** lembrou que as comissões do CAU não exigem expertise específica para
393 participação; ninguém precisa ser professor para estar na Comissão de Ensino e Formação (CEF).
394 Ela afirmou que todos têm o direito de expressar opiniões nas comissões, independentemente de
395 suas experiências ou cargos anteriores. O **presidente Sydnei Dias Menezes** agradeceu a
396 participação dos conselheiros e sugeriu que as discussões continuem informalmente após a
397 plenária. Ele também agradeceu à equipe de filmagem, especialmente Anderson da TI e
398 Nanderson da Administração, elogiando as melhorias no ambiente da plenária, como o novo layout
399 e as portas, que contribuíram para um clima mais agradável. Por fim, parabenizou todos por
400 cumprirem rigorosamente a pauta proposta e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar e não
401 havendo mais manifestações da plenária, o **Presidente Sydnei Dias Menezes** agradeceu a presença de
402 todos E, para constar, eu Alessandra Vandelli, Assessora de Comissões responsável pela secretaria da
403 mesa, revisei a presente Ata que foi lavrada por serviço terceirizado e que vai assinada por mim, pela vice-



404 presidente Michelle Beatrice Fernandes, Secretária da Sessão Plenária e pelo Presidente do CAURJ/RJ,
405 arquiteto e urbanista Sydney Dias Menezes. Rio de Janeiro, 11 de junho de 2024.

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

Alessandra Vandelli
Assessora de Comissões
Responsável pela Secretária da Mesa

Sydney Dias Menezes
Presidente do CAURJ/RJ
Gestão 2024-2026

Michelle Beatrice Fernandes
Vice-Presidente do CAURJ/RJ
Secretária da Sessão Plenária